

‘Proteja nossas crianças’

CAMPANHA COMBATE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Com o objetivo de divulgar a campanha “Proteja Nossas Crianças” de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado (Sedese) fizeram blitz educativa, ontem de manhã, na portaria da Ceasa, no Bairro Santa Cruz, em Juiz de Fora. Os caminhoneiros que passaram pelo local receberam panfletos de orientação sobre o assunto e um adesivo com o número do disque-denúncia 0800 031 1119.

De acordo com o diretor regional da Sedese, Paulo Ely Braz Pereira, depois que as ações da campanha começaram, há um ano, o número de denúncias contra o abuso sexual de menores aumentou bastante. Em um ano, a secretaria registrou 2.879 ligações.

— Houve avanço porque as pessoas estão mais encorajadas a denunciar, já que não é preciso se identificar e a ligação é gratuita — explica.

A escolha da Ceasa para a distribuição dos panfletos foi estratégica, já que ontem foi

dia de distribuição dos alimentos e cerca de 1.200 veículos passaram pelo local. Além disso, a unidade fica ao lado da BR-040, rodovia que registra casos de exploração de menores. O trecho que passa pelo município de Santos Dumont seria um dos mais críticos, segundo Paulo Pereira.

O gerente da Ceasa local, Alexandre Lopes da Silva, afirmou que a parceria com a Sedese abrange todo o Estado e, somente em Juiz de Fora, caminhoneiros de 101 municípios da região poderiam ser informados sobre o problema da exploração sexual. Hoje, a blitz ocorre na Ceasa da região metropolitana de Belo Horizonte, em Contagem, onde passam 70 mil pessoas por dia.

A campanha segue também para outras partes de Minas Gerais. Várias ações, como colagem de cartazes em estações rodoviárias, postos de pedágio, postos de gasolina e bares próximos às estradas estaduais, serão realizadas até 3 de julho.

JOÃO SCHUBERT



• Panfletagem foi realizada, ontem, no Ceasa

UBSs: Odontologia abandonada

• Ambulatórios estão com paredes e equipamentos quebrados, além de remédios mal acondicionados

Paredes quebradas e mofadas, cadeiras e mesas estragadas, vazamentos e remédios mal acondicionados. Esta é a situação dos ambulatórios de odontologia das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) de Juiz de Fora. A denúncia foi feita ontem pelo vereador Luiz Carlos dos Santos (PTC) durante audiência pública na Câmara. Além do descaso com as instalações, o legislador levantou o pequeno número de atendentes e técnicos que fazem parte do quadro de funcionários da Prefeitura. De acordo com Luiz Carlos, a falta de profissionais prejudica os atendimentos, já que o próprio dentista precisa preparar os materiais e ainda receber os pacientes.

— Será que há como fazer controle infectológico desse jeito?

Durante a reunião, o vereador apresentou fotos que mostram a situação dos consultórios. O professor da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Edson Costa, que já trabalhou para o Município, disse que o descaso com as instalações é algo que se “arresta” há anos.

— Há necessidade de consertar os ambulatórios, pensando nos usuários.

DÚVIDA

O presidente do Sindicato dos Odontologistas de Juiz de Fora, Ricardo Werneck, levantou a dúvida sobre porque o Programa Saúde da Família (PSF) não tem dentistas em suas equipes. Diante do questionamento, o vereador José Sóter de Figueirôa (PMDB) levantou a possibilidade de alterar o decreto que define o quadro de funcionários do PSF, já que ele não inclui as-

sistentes sociais e dentistas.

A chefe do Departamento de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde, Maria Aparecida Guimarães, disse que a Prefeitura sabe da situação das UBSs e tem tentado resolver o problema.

— Nossa dificuldade é ter estrutura condizente.

Ela também confirma que o número de atendentes odontológicos é pequeno para a quantidade de dentistas e de pessoas que procuram os serviços.

Em relação ao PSF, disse que um projeto já foi aprovado no Conselho Municipal de Saúde para a inclusão. No entanto, depende que os vereadores aprove a modificação na lei. Outro problema é que os funcionários do programa são contratados para 40 horas semanais e os dentistas ligados à Secretaria teriam contrato de 20 horas. Além disso, a inclusão dos profissionais geraria impacto financeiro grande nos cofres públicos. Segundo previsão, a Prefeitura teria que investir cerca de R\$ 5.700 ao mês para manter a equipe completa.

Polêmica sobre Restaurante

• Associação Comercial questiona localização de Restaurante Popular

Mesmo sem previsão para a retomada das obras, o Restaurante Popular volta a causar polêmica quanto à localização. A Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora critica a construção na parte baixa da Rua Halfeld. A entidade teme impactos negativos trazidos pelo grande número de pessoas que deve circular pelo local.

O presidente da entidade,

Aloísio José Vasconcelos Barbosa, afirma que a Rua Halfeld é a via mais movimentada da cidade. Sendo assim, não possui estrutura para comportar algo desse porte.

Na visão de Aloísio, o local é desfavorável para comerciantes, pedestres e até usuários do restaurante.

FILAS

Para sustentar suas afirmações, o presidente da entidade ressalta que esse tipo de estabelecimento tende a gerar grandes filas ao redor. Além disso, ele prevê concentração de carrinhos de catadores de papel, que devem atrapalhar o trânsito na área.

— Se a Prefeitura fizer um estudo, vai encontrar um local

mais apropriado — acredita.

O presidente da associação usou os pontos de ônibus na Avenida Getúlio Vargas como exemplo. Segundo ele, o excesso de pessoas na região trouxe problemas.

Como nota Aloísio, áreas com grandes aglomerações de pessoas se tornam alvos de criminosos, como ladrões de carteiras. Além disso, de acordo com ele, pedestres têm a passagem prejudicada.

Apesar da crítica, Aloísio destacou que é totalmente favorável ao projeto. Ele não vê, inclusive, problemas na instalação ser feita na região central, desde que não seja nas principais “artérias da cidade”.